

CAFEICULTURA BRASILEIRA: DO AUGE AO DECLÍNIO, COM FOCO NO CENÁRIO PARANAENSE



<https://doi.org/10.56238/arev7n4-195>

Data de submissão: 17/03/2025

Data de publicação: 17/04/2025

Douglas Vinicius Gonçalves da Silva David

Engenheiro agrônomo

Universidade Paranaense (UNIPAR)

Daniela Alves dos Santos

Doutoranda em Biotecnologia aplicada à Agricultura

Universidade Paranaense (UNIPAR)

Thiago Alberto Ortiz

Doutoramento em Agronomia

Universidade Paranaense (UNIPAR)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo explorar a história da cafeicultura no Brasil e destacar os fatores ambientais, agronômicos e de mercado que contribuíram para o declínio da cafeicultura brasileira, com foco no estado do Paraná. A cafeicultura tem desempenhado um papel econômico e histórico significativo no Brasil. Foi introduzido no estado do Pará em meados do século 18 e posteriormente se espalhou por todo o território nacional. Um dos estados que mais se destacou na produção de café foi o Paraná, onde o café se tornou o principal produto do estado tanto para produção quanto para exportação do início do século 20 até o início da década de 1970. A cultura foi responsável pelo surgimento e desenvolvimento de várias cidades, especialmente no norte do Paraná, que atraíram imigrantes em busca de terras e melhores condições de vida. No entanto, esse ciclo não foi marcado apenas pela prosperidade. A cafeicultura sofreu grandes reveses ao longo dos anos, como a Grande Crise Econômica de 1929 e as fortes geadas que ocorreram após 1970, particularmente a devastadora Geadas Negra de 1975. Esses eventos climáticos, combinados com o aumento da concorrência de outras culturas, como soja e milho, acabaram levando ao declínio do cultivo de café na região.

Palavras-chave: Coffea arabica. Coffea canephora. Geadas negras (1975). Crise econômica de 1929. Economia agrícola.

1 INTRODUÇÃO

Originário do continente africano, especificamente na região central da Etiópia, o cultivo de café se expandiu para o leste por meio de comerciantes árabes. Desde então, a prática de consumir bebidas à base de café se espalhou pelo mundo e permanece difundida até hoje. No Brasil, o café foi introduzido na região norte do país, mais precisamente no estado do Pará, em meados do século 18. Foi trazido da Guiana Francesa pelo sargento-mor Francisco Mello Palheta, a pedido do governador do Maranhão e do Grão-Pará, que o enviara às Guianas com essa missão. Naquela época, o café já detinha um valor comercial significativo (Martins, 2008).

Entre as muitas regiões brasileiras que se destacaram na produção de café, o estado do Paraná desempenhou um papel histórico particularmente importante. Por várias décadas, o Paraná foi um dos principais produtores e exportadores de café do país. No entanto, determinar o ponto exato de partida do cultivo do café no estado é desafiador, uma vez que, durante a época colonial, os portos de Paranaguá, Antonina e Guaratuba estavam administrativamente ligados à província de São Paulo, onde o café era cultivado já em 1807 (Carvalho, 2007).

No final do século 19 e início do século 20, a cafeicultura contribuiu significativamente para a diversificação da economia paranaense, que antes dependia principalmente da pecuária e da exploração da erva-mate. O café trouxe uma nova fonte de renda e estimulou o desenvolvimento econômico regional. Como a cafeicultura requer uma quantidade considerável de trabalho manual - principalmente durante o plantio e a colheita - a expansão das plantações aumentou a demanda por trabalhadores. Esse influxo atraiu imigrantes em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, contribuindo para o desenvolvimento de inúmeras cidades do estado.

Na avaliação da cafeicultura no Paraná, atenção especial deve ser dada à região norte, onde a ocupação territorial progrediu rapidamente devido à expansão da cafeicultura. Esse crescimento foi impulsionado pelos produtores paulistas que buscavam novas terras agrícolas, após a implementação de uma política de 1902 em São Paulo que restringiu o plantio de café por cinco anos devido à superprodução e ao excesso de oferta (Priori et al., 2012; Piffer, 2024).

Alcançar a produção de café em larga escala no Brasil envolveu navegar por vários desafios históricos que estavam intimamente ligados ao desenvolvimento econômico mais amplo do país. Um dos reveses mais notáveis foi a Crise Econômica de 1929, que impactou

severamente a cafeicultura brasileira. Na época, os Estados Unidos eram o maior importador de café brasileiro. Com o colapso do mercado global, a demanda caiu drasticamente, levando a um excesso de oferta e uma queda dramática nos preços. Na tentativa de estabilizar o mercado e evitar mais desvalorização, o governo brasileiro começou a comprar e incinerar grandes quantidades de café.

Décadas depois, novos desafios surgiram. Até meados da década de 1970, o café permaneceu como o principal produto agrícola da economia paranaense (Moro, 2000). No entanto, esse cenário começou a mudar devido a vários fatores contribuintes. Isso incluiu a modernização das práticas agrícolas, uma nova crise global do café causada pelo excesso de oferta no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 e a geada catastrófica de 1975. Esses eventos aceleraram a diversificação da produção agrícola na região, favorecendo a expansão de outras culturas como oleaginosas, trigo e milho (Priori et al., 2012; de Castro et al., 2021).

Apesar dessas adversidades históricas, o café continua sendo uma das culturas economicamente mais significativas globalmente (Freitas et al., 2024). Hoje, está entre as commodities mais valorizadas, consumidas e comercializadas em todo o mundo (de Souza et al., 2024). Para a safra 2024/2025, o Brasil continua liderando a produção global, respondendo por 38% da produção global total, ou 66,4 milhões de sacas de 60 kg. É seguido pelo Vietnã (17%), Colômbia (7%), Indonésia (6%), Etiópia (5%), Uganda (4%), Índia (4%), Honduras (3%), Peru (2%) e México (2%) (USDA, 2025).

A previsão de produção para a safra de café do Brasil em 2025, ano de baixa produtividade no ciclo bienal da safra, estima uma queda de 4,4% em relação à safra anterior, totalizando 51,8 milhões de sacas processadas. Os efeitos fisiológicos do ciclo bienal, combinados com períodos prolongados de seca e altas temperaturas antes da floração, afetaram negativamente a produtividade. Quando comparada à safra de 2023 – que também foi um ano de baixo rendimento, mas se beneficiou de um clima mais favorável – a produção deve cair 5,9%. Em relação à área cultivada, houve aumento de 0,5% tanto para *Coffea arabica* quanto para *Coffea canephora*, totalizando 2,25 milhões de hectares: 1,85 milhão de hectares em produção (queda de 1,5%) e 391,46 mil hectares em desenvolvimento (aumento de 10,7%) em relação ao ano anterior (CONAB, 2025).

Em resumo, o café continua sendo uma fonte essencial de renda para muitos municípios e um setor vital para a geração de empregos na economia agrícola do Brasil. Seu forte desempenho nos mercados de exportação e doméstico garante a sustentabilidade

econômica dos produtores e da indústria em geral. Portanto, este estudo tem como objetivo explorar a trajetória histórica da cafeicultura no Brasil e examinar os fatores ambientais, agronômicos e de mercado que contribuíram para o declínio da cafeicultura brasileira ao longo do tempo, com ênfase no estado do Paraná.

2 IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E SOCIAL DO CAFÉ NO BRASIL

A cafeicultura desempenha um papel de destaque como uma das principais atividades agrícolas do Brasil e é de suma importância para o desenvolvimento social e econômico do país (Bliska Júnior, 2020). Por mais de 150 anos, o Brasil manteve seu status de maior produtor mundial de café. Já em 1850, o país respondia por aproximadamente 40% da produção mundial de café, estabelecendo-se como líder global no setor (USDA, 2025).

Devido à ampla gama de regiões adequadas para o cultivo de café, o Brasil se beneficia de um conjunto diversificado de climas, altitudes, latitudes e topografias. Essa diversidade ambiental permite a produção de várias cultivares de café, permitindo que a indústria atenda a diferentes preferências e poder aquisitivo do consumidor. Atualmente, estima-se que 1,84 milhão de hectares sejam dedicados à *Coffea arabica* e 409,7 mil hectares à *Coffea canephora* (CONAB, 2025).

Em 2024, o Brasil exportou 50,5 milhões de sacas de café de 60 kg, estabelecendo um novo recorde e marcando um aumento de 28,8% em relação ao ano anterior. As receitas de exportação atingiram um recorde histórico de US\$ 12,3 bilhões, representando um aumento de 52,6% em relação a 2023. Esse desempenho excepcional foi impulsionado pelo aumento da demanda internacional, pela valorização do dólar americano em relação ao real brasileiro e por um desequilíbrio global entre oferta e demanda que elevou os preços nos mercados externos (CONAB, 2025).

Para a safra de 2025, a produtividade média nacional é estimada em 28 sacas por hectare, refletindo uma queda de 3% em relação à safra anterior. O café arábica representa 82% da área total cultivada com café no Brasil. Especificamente para o arábica, a produtividade é projetada em 23,4 sacas por hectare, representando uma queda de 11% em relação à safra de 2024. Em contraste, a produtividade do Conilon deve chegar a 46,3 sacas por hectare – um aumento de 18,1%. Os principais estados produtores de café são Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Rondônia, Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás (CONAB, 2025).

Do ponto de vista social e ambiental, a cafeicultura brasileira é considerada uma das mais responsáveis do mundo. O Brasil aplica algumas das regulamentações trabalhistas e ambientais mais rigorosas entre os países produtores de café. Hoje, a cafeicultura continua sendo uma fonte vital de renda para centenas de municípios e é um setor fundamental na geração de empregos na agricultura nacional, responsável pela geração de mais de 8,0 milhões de empregos em todo o país (MAPA, 2017).

Até o final do primeiro semestre de 2024, os estoques de café no Brasil devem totalizar aproximadamente 13,7 milhões de sacas – uma queda de 24% em relação aos 18,0 milhões de sacas registrados no final de 2023. Essa redução se deve principalmente ao alto volume de exportações de café, que deve levar os níveis de estoque a mínimos históricos. Em termos de destinos das exportações, os principais importadores do café brasileiro são Estados Unidos e Alemanha, respondendo por 16,4% e 15,4% do total exportado, respectivamente, seguidos pela Bélgica (9,1%), Itália (8,1%) e Japão (4,9%) (CONAB, 2025).

3 HISTÓRIA DO CAFÉ

Existem várias lendas em torno da descoberta do café, mas a mais amplamente aceita é a lenda de Kaldi, registrada em manuscritos iemenitas de meados do século 6. De acordo com essa lenda, Kaldi era um pastor de cabras etíope que observava os efeitos estimulantes que os frutos de um determinado arbusto tinham em seu rebanho, tornando os animais mais energéticos e inquietos. Essa planta viria a ser conhecida como cafeeiro (*Coffea*) (Martins, 2008).

Embora o café tenha se originado na África, ele teve grande importância para os árabes, que controlaram tanto seu cultivo quanto a preparação da bebida ao longo do século 16. Na Europa, a porta de entrada para os grãos de café era a cidade de Veneza em 1615 – um importante centro de especiarias e bens de luxo – onde o café era então distribuído às cortes europeias (Martins, 2008).

A trajetória histórica do café está intimamente ligada à própria história do Brasil. Por várias décadas, o café foi o principal motor econômico do país, respondendo por 70% do valor total das exportações brasileiras entre 1925 e 1929 (Embrapa apud Fassio & Silva, 2007).

As primeiras sementes de café introduzidas no Brasil pertenciam à espécie *Coffea arabica* e datam de meados do século 18. Eles foram trazidos da Guiana Francesa para o estado do Pará pelo sargento-mor Francisco de Mello Palheta. Durante grande parte do

século XVIII, a expansão do cultivo do café permaneceu limitada às regiões Norte e Nordeste do país, onde os solos, especialmente na Amazônia, se mostraram inadequados para o desenvolvimento bem-sucedido das espécies introduzidas (Martins, 2008).

Em 1760, o Império Português enfrentou dificuldades econômicas à medida que as reservas de ouro diminuíam e o açúcar lutava para se manter competitivo nos mercados globais. Isso levou João Alberto de Castelo Branco, um magistrado maranhense recém-chegado ao Rio de Janeiro, a solicitar *mudas de Coffea arabica* de Belém para cultivo no Rio. Ele estava ciente da crescente demanda global por café (Martins, 2008).

Inicialmente, o café não foi bem recebido pelos agricultores brasileiros, principalmente pelos usineiros do Rio de Janeiro que estavam acostumados ao cultivo da cana-de-açúcar. No entanto, o governo promoveu o plantio de café para combater o declínio das exportações de açúcar. A região Sudeste do Brasil, com suas condições favoráveis de clima e solo, juntamente com mão de obra abundante e de baixo custo, facilitou a disseminação do cultivo do café. Ainda assim, foi somente após a independência do Brasil que o café ultrapassou a cana-de-açúcar em importância econômica. Em 1830, o café havia ultrapassado o açúcar como principal produto de exportação (Martins, 2008).

A última década do século 19 marcou um período favorável para a expansão do cultivo de café no Brasil. O fornecimento internacional de café sofreu interrupções - particularmente na Ásia - onde doenças devastaram as plantações no Sri Lanka. Além disso, a inflação do crédito durante esse período beneficiou os cafeicultores brasileiros, fornecendo financiamento para novas plantações e inflando os preços domésticos do café por meio da depreciação da moeda (Furtado, 2005).

As condições excepcionais do Brasil para o cultivo de café permitiram que os produtores domésticos controlassem três quartos do mercado global de café até o final do século 19. Durante as primeiras décadas do século 20, o governo brasileiro implementou uma série de políticas regulatórias para estabilizar o mercado, intervindo durante períodos de superprodução e queda de preços. Essas medidas incluíram a compra do excedente de produção e seu armazenamento, o que ajudou a sustentar os preços altos e incentivou o cultivo (Furtado, 2005).

No entanto, a crise econômica de 1929 desencadeou um declínio acentuado na demanda global, exacerbando o superávit do Brasil e levando a uma crise de superacumulação. Em resposta, o governo adotou políticas ao longo das décadas de 1930

e 1940 com o objetivo de equilibrar a oferta e o consumo, buscando estabilizar a economia cafeeira durante um período volátil (Furtado, 1976).

3.1 COFFEA ARABICA × COFFEA CANEPHORA

As espécies *Coffea arabica* (café arábica) e *Coffea canephora* (comumente conhecido como café Conilon ou Robusta) são responsáveis por quase todo o café consumido em todo o mundo (Davis et al., 2011). Essas duas espécies diferem significativamente em suas características agronômicas, bioquímicas e sensoriais, bem como em seu valor de mercado e nos usos de seus respectivos produtos. O café arábica é conhecido por produzir uma bebida mais suave com aroma e sabor mais pronunciados. Em contraste, o café Conilon ou Robusta é considerado uma planta mais resistente com maior potencial de produção. Sua bebida é de sabor mais neutro, com amargor mais intenso e maior teor de cafeína e sólidos solúveis (Ferrão et al., 2007).

A África é reconhecida como a origem e o centro de maior diversidade de espécies de café. *C. arabica* originou-se na Etiópia e foi classificado botanicamente em 1737. É melhor adaptado a climas mais frios e altitudes mais elevadas. Já a *C. canephora*, cujas principais variedades incluem o robusta e o conilon, é originária da Guiné, na Bacia do Congo, e foi classificada entre 1895 e 1897. É uma espécie de polinização cruzada com mecanismo genético de autoincompatibilidade, tornando-a mais rústica e tolerante a várias doenças. *C. canephora* é mais adequada às condições edafoclimáticas tropicais, prosperando em altitudes mais baixas e temperaturas mais altas (Ferrão et al., 2007).

4 MELHORAMENTO GENÉTICO DE CAFEEIROS

O melhoramento genético vegetal envolve metodologias para a criação, seleção e fixação de plantas com fenótipos superiores, visando atender às necessidades específicas dos agricultores em suas áreas de produção. Esse processo é tipicamente de longo prazo e, muitas vezes, quando uma nova cultivar é desenvolvida, surgem novos desafios, tornando a busca por cultivares melhoradas um esforço contínuo para os melhoristas.

Até o início da década de 1930, as cultivares de café cultivadas no Brasil eram o resultado de introduções, mutações raras ou hibridizações naturais entre plantas existentes (Carvalho, 2007). Em 1932, com o envolvimento do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), o melhoramento genético do café passou a ser baseado em princípios científicos. Isso incluiu pesquisas fundamentais em taxonomia, citologia, biologia reprodutiva, evolução, anatomia,

análise genética e morfologia. Como resultado, os programas de melhoramento começaram a se concentrar na seleção de progênies produtivas e uniformes e na criação de novas cultivares por meio de cruzamentos controlados usando material genético novo (Carvalho, 1952).

Os principais objetivos desses programas de melhoramento foram desenvolver cultivares com alta produtividade, vigor, longevidade e adaptação a várias regiões brasileiras. A partir da década de 1970, com o surgimento da ferrugem do cafeeiro (causada pelo fungo *Hemileia vastatrix*), o melhoramento genético ganhou força e novos programas de melhoramento foram estabelecidos nas regiões produtoras de café. A resistência a doenças, particularmente à ferrugem, tornou-se o objetivo principal dos programas de melhoramento. Paralelamente, a qualidade da xícara também emergiu como um foco crucial, especialmente nos *programas de Coffea arabica*, devido à crescente demanda por cafés especiais e de alta qualidade nos mercados doméstico e internacional. Por isso, os pesquisadores começaram a selecionar plantas de café não apenas pelas características agronômicas, mas também pela qualidade física e sensorial dos grãos (Barbosa et al., 2019).

Mais recentemente, os avanços tecnológicos na cafeicultura brasileira impulsionaram a mecanização de várias operações de campo. Isso criou uma demanda por cultivares adaptadas a sistemas mecanizados. Consequentemente, características como arquitetura, tamanho e forma da planta que facilitam a colheita e manutenção mecânica tornaram-se alvos essenciais de reprodução (Dias et al., 2020).

Coffea canephora também se tornou um foco significativo de programas de melhoramento. Seu cultivo e melhoramento genético provavelmente foram acelerados pela alta incidência de ferrugem nos *plantios de C. arabica*, uma vez que *C. canephora* geralmente apresenta maior resistência a doenças. O crescimento do cultivo de *C. canephora* foi ainda mais impulsionado pelo aumento do café solúvel e seu uso crescente em misturas de café torrado e moído. As estratégias de melhoramento para *C. canephora* diferem consideravelmente das de *C. arabica* devido a diferenças nos sistemas reprodutivos e de propagação, número de cromossomos e diversidade genética (Ferrão et al., 2019).

5 CONDIÇÕES EDAFOCLIMÁTICAS PARA A CAFEICULTURA

De acordo com Mesquita et al. (2016), o estabelecimento da cafeicultura requer uma análise de parâmetros essenciais relacionados tanto à cultura quanto aos materiais genéticos específicos utilizados. Entre estes, um dos mais críticos é a condição

edafoclimática da região, termo que engloba fatores ambientais como clima, topografia, temperatura, umidade do ar, radiação solar, tipo de solo e precipitação, entre outros.

No Brasil, os estudos sobre o zoneamento do café têm levado em consideração fatores macroclimáticos, particularmente aspectos térmicos e hídricos. Por exemplo, Camargo (1977) estabeleceu limiares de temperatura para o cultivo de *Coffea arabica*, identificando regiões com temperaturas médias anuais acima de 23°C ou abaixo de 17°C como inadequadas. As regiões com temperaturas entre 17–18°C e 22–23°C foram classificadas como marginais, enquanto as áreas ótimas foram aquelas com temperaturas médias anuais variando de 18–22°C. Em geral, áreas com temperaturas médias abaixo de 18°C tendem a experimentar um período prolongado de dormência dos botões florais e um desenvolvimento mais lento dos frutos. Essa sobreposição entre dormência e nova floração pode levar à colheita assíncrona, particularmente problemática para cultivares de maturação tardia (Camargo & Pereira, 1994).

Em relação às necessidades hídricas, Camargo (1977) também definiu zonas de cultivo para *Coffea arabica* com base nos déficits hídricos anuais. As áreas com déficit inferior a 150 mm por ano são consideradas adequadas para o cultivo de sequeiro, enquanto as que excedem 200 mm são consideradas inadequadas sem irrigação.

Do ponto de vista hídrico, o estado do Paraná não apresenta limitações significativas para a cafeicultura. No entanto, as restrições térmicas são relevantes. A isoterma média anual de 17°C é considerada um limiar crítico, abaixo do qual as regiões são inadequadas devido ao alto risco de eventos severos de geada (Matiello et al., 2020). No entanto, do ponto de vista microclimático, certas áreas acima dessa linha térmica ainda podem apresentar condições adequadas ou inadequadas, dependendo da configuração específica do solo local (Caramori & Manetti Filho, 1993).

6 TRAJETÓRIA DO CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ

Datar os primórdios exatos da cafeicultura no Paraná é desafiador, pois durante a época colonial os portos de Paranaguá, Antonina e Guaratuba estavam ligados ao território paulista – regiões onde o café já era cultivado em 1807 (Carvalho, 2007). No Paraná, a ocupação territorial e o desenvolvimento das atividades econômicas ocorreram por meio de vários ciclos, incluindo os ciclos do ouro, da erva-mate, da madeira e do café. O ciclo do café, em particular, durou aproximadamente de 1860 a 1970. Foi amplamente orientado para

a exportação, e a economia do estado durante esse período foi moldada pela demanda nacional e internacional por café (Padis, 1981).

A região norte do Paraná teve papel fundamental no ciclo do café, tornando-se o epicentro da expansão da cultura no estado. Essa área experimentou um rápido processo de ocupação territorial impulsionado pela cafeicultura. Já no século 19, as terras do norte do Paraná atraíram a atenção dos cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais devido às suas condições favoráveis para o cultivo (Chies & Yokoo, 2012).

Segundo Cancian (1981), a cafeicultura no Paraná representava uma continuação da "marcha para o oeste" dos agricultores paulistas, motivada pela busca de maiores lucros. À medida que as terras em São Paulo se tornavam escassas e menos férteis, os produtores migravam em busca de novas áreas mais produtivas. As "terras roxas" do Paraná ganharam reputação por sua alta produtividade na cafeicultura. Vários fatores levaram os agricultores a investir em terras no norte do Paraná, incluindo disponibilidade, incentivos públicos e condições de pagamento acessíveis (Oliveira, 2020; Sesso et al., 2020).

A região norte do Paraná, delimitada pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri, abrange aproximadamente 100.000 quilômetros quadrados. Foi historicamente dividido em três sub-regiões com base nos períodos de colonização e origens:

1. **Norte Velho:** Estendendo-se do Rio Itararé até a margem direita do Rio Tibagi;
2. **Norte Novo:** Estendendo-se até as margens do rio Ivaí, com seu limite oeste marcado por uma linha entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa;
3. **Norte Novíssimo:** Estendendo-se desta linha até o rio Paraná, atravessando o rio Ivaí e abrangendo toda a margem direita do rio Piquiri (Dias & Gonçalves, 1999).

A cafeicultura paranaense se desdobrou em três fases distintas: a primeira no Velho Norte, iniciada no século 19 e terminando com a crise de 1929; o segundo no Novo Norte, de 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial; e a terceira entre as décadas de 1940 e 1960, marcando a onda final de expansão (Cancian, 1981).

Em 1920, o Paraná havia se tornado o sétimo maior estado produtor de café do Brasil, com 1.215 fazendas de café registradas. A partir dessa década, os esforços da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) atraíram um número crescente de colonos, impulsionando ainda mais a produção de café e o assentamento na região. A cafeicultura transformou a paisagem agrícola do Paraná, recebendo proteção e incentivos

governamentais que contribuíram para o crescimento e desenvolvimento do estado (Priori et al., 2012).

Após a Grande Depressão de 1929, os principais estados produtores implementaram medidas como a queima de estoques excedentes de café, a proibição de novos plantios e a imposição de impostos de exportação. O Paraná, no entanto, não adotou essas restrições, o que fez com que a cafeicultura local fosse mais severamente impactada pela crise. Em resposta, os produtores paranaenses começaram a consolidar pequenas e médias propriedades familiares para reduzir os custos de produção (Priori et al., 2012).

No início da segunda metade do século 20, a recuperação econômica pós-Segunda Guerra Mundial aumentou a demanda por café. As principais intervenções governamentais, como o estabelecimento de garantias de preço mínimo para as vendas de café, ajudaram a estimular novas plantações e reviver a produção (Priori et al., 2012).

Como resultado da cafeicultura, o Paraná experimentou um fluxo significativo de migrantes em busca de terras e oportunidades de emprego. Entre 1950 e 1970, o estado possuía 1,8 milhão de hectares dedicados ao cultivo de café, respondendo por mais de 50% da produção nacional do Brasil (Martins, 2008).

7 DECLÍNIO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ

O declínio da importância econômica do café no Brasil começou com a Crise Econômica de 1929, que marcou a transição de uma economia voltada para a agroexportação para um modelo urbano-industrial. Na década de 1960, os esforços nacionais para impulsionar a industrialização e a produção agrícola iniciaram um processo de modernização agrícola em todo o país. No Paraná, essa modernização trouxe mudanças estruturais comumente observadas durante o estabelecimento de uma base técnica no meio rural. Essas mudanças foram acompanhadas por uma série de desafios sociais, incluindo êxodo rural, concentração de terras (a partir da década de 1970) e aumento do desemprego no campo (Priori et al., 2012).

Até meados da década de 1970, o café era o principal produto agrícola do Paraná. O estado respondeu por metade da produção total de café do Brasil e um terço da produção global, com as regiões norte e noroeste servindo como os principais centros de produção. Essas também foram as áreas mais afetadas pela modernização (Moro, 2000).

No entanto, a modernização agrícola, que se acelerou no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, coincidiu com uma crise no mercado internacional de café, em grande parte

devido à superprodução, aumento da concorrência de produtores africanos e colombianos e queda dos preços globais. Além disso, pragas e doenças – particularmente a ferrugem do café – e eventos climáticos, como geadas, contribuíram significativamente para o declínio da produção (Priori et al., 2012).

Em resposta à crise no setor cafeeiro, o governo brasileiro criou o Grupo Executivo para a Racionalização da Agricultura na década de 1960. O grupo propôs erradicar e renovar as plantações de café para aumentar a eficiência da produção. Também foram introduzidas políticas para incentivar a diversificação agrícola, promovendo o cultivo de oleaginosas e integrando a produção agrícola com o setor agroindustrial (Priori et al., 2012).

Essa mudança fez parte de um processo mais amplo de modernização da agricultura paranaense, marcado pela mecanização, eletrificação, irrigação, conservação do solo e aumento do uso de fertilizantes e pesticidas. Essas mudanças transformaram significativamente os aspectos técnicos da produção agrícola (Moro, 2000).

Dados da década de 1970 ilustram a extensão dessa transformação. Por exemplo, de 1970 a 1980, o Paraná experimentou um aumento de 338,3% no número de tratores, um aumento de 379,4% nos arados operados mecanicamente, um aumento de 1.134,9% nas fazendas que usam energia mecânica, um aumento de 604,9% no consumo de diesel e um aumento de 687,6% no uso de eletricidade (entre 1980 e 1985) (Melo, 2011). No entanto, esses desenvolvimentos foram desiguais em todo o estado, com os impactos mais profundos ocorrendo nas regiões norte e oeste.

Segundo Moro (2000), o uso crescente de tratores e outras máquinas agrícolas levou à perda generalizada de empregos nas áreas rurais, intensificando a migração para os centros urbanos. Muitos dos deslocados se mudaram para a região metropolitana de Curitiba, São Paulo e outros centros urbanos regionais, incluindo áreas de fronteira.

É importante notar que a migração rural-urbana não foi impulsionada apenas pela mecanização. A substituição de plantações de café permanentes e intensivas em mão-de-obra por culturas temporárias – particularmente oleaginosas e rotações de trigo e soja, que exigem menos trabalhadores – também desempenhou um papel significativo (Moro, 2000).

Entre 1970 e 1985, a cafeicultura no Paraná diminuiu 59%, dando lugar a culturas de ciclo curto, especialmente a rotação trigo-soja. As áreas de pastagem também aumentaram aproximadamente 32%, sendo as regiões norte e noroeste as mais afetadas (Melo, 2011).

O processo de modernização também levou a uma concentração significativa de terras. Somente na década de 1970, o norte do Paraná perdeu cerca de 100.385

estabelecimentos agropecuários. Essa consolidação reduziu o número de proprietários e arrendatários, mesmo com a expansão da área total cultivada. Entre 1970 e 1991, a população rural do Paraná diminuiu 49,7% e, no norte do estado, a queda foi ainda mais acentuada, de 63,9%. Em meados da década de 1970, a população urbana havia superado a população rural, atingindo 59,0% versus 41,0%, respectivamente (Melo, 2011).

Como a economia agrícola do Paraná esteve historicamente ligada ao café, eventos climáticos como geadas tiveram papel crucial no declínio da safra, especialmente a partir da década de 1960. Eses desafios climáticos, combinados com crises internacionais de abastecimento, concorrência de outros países produtores, políticas de preços desfavoráveis e incentivos governamentais para o cultivo de oleaginosas, impactaram severamente a produção de café. As geadas foram especialmente prejudiciais durante as décadas de 1970 e 1980. A mais devastadora foi a forte geada de 17 de julho de 1975, que quase destruiu os cafezais do norte do Paraná, acelerando sua erradicação e substituição por outras atividades agrícolas (Moro, 2000).

Entre as décadas de 1960 e 1970, o Paraná respondeu por aproximadamente 50% da produção de café do Brasil. No entanto, a "geada negra" de 1975 aprofundou a crise, tornando os custos da recuperação proibitivamente altos (Robusti et al., 2017). A partir daí, a distribuição espacial da cafeicultura passou por grandes transformações. Estes foram impulsionados por fatores econômicos - como a lucratividade de culturas alternativas como soja, milho e trigo (Passos et al., 2012; Kohlhepp, 2020) – e fatores ambientais, pois as condições edafoclimáticas tornaram muitas regiões inadequadas para a produção de café.

8 CENÁRIO ATUAL DA CAFEICULTURA NO PARANÁ

Em 2016, a mesorregião do Pioneiro Norte foi responsável pela maior área cafeeira colhida do Paraná, representando aproximadamente 66% da área cafeeira total do estado. Isso foi seguido pelas regiões Norte, Central e Noroeste. Destaca-se que cerca de 80% dos cafeicultores paranaenses são classificados como agricultores familiares, com sistemas de produção tipicamente desenvolvidos em propriedades menores que 25 hectares (Bliska et al., 2009).

Na safra de café de 2022, o estado experimentou uma redução na área colhida em relação à safra anterior. Esse declínio foi atribuído em grande parte ao aumento da competição por terras de culturas anuais, como a soja, bem como à erradicação das plantações de café e à poda intensiva realizada em resposta às fortes geadas que atingiram

o estado em julho de 2021. Esses fatores também levaram a uma queda de 30,7% no rendimento médio, que caiu para 18,4 sacas por hectare durante a safra de 2022 (CONAB, 2023).

No entanto, a safra de 2023 trouxe uma reversão positiva, com aumento de 44,9% na produtividade. Essa melhora refletiu o retorno aos níveis normais de desempenho após as condições climáticas adversas experimentadas no ano anterior (CONAB, 2023).

Olhando para o futuro, as áreas cafeeiras no Paraná devem permanecer estáveis entre 2024 e 2025, com um total projetado de 25.281 hectares. A produtividade também deve se manter estável, com uma média de 26,7 sacas por hectare. Com isso, a produção de café beneficiado no Paraná deve atingir aproximadamente 675.300 sacas, mantendo os níveis de produção observados nos últimos anos. Essa estabilidade projetada indica que, no curto prazo, não são esperadas grandes mudanças na área cultivada ou na produtividade por hectare, reforçando a posição do Paraná como um dos principais estados produtores de café do Brasil (CONAB, 2025).

9 CONCLUSÃO

A cafeicultura foi um dos pilares mais significativos no desenvolvimento social e econômico do estado do Paraná. Historicamente, desempenhou um papel central na formação da paisagem agrícola do estado e na condução do crescimento regional. No entanto, esse cenário começou a mudar a partir da década de 1970, quando a produção de café enfrentou um declínio acentuado devido a vários fatores inter-relacionados. Entre eles estavam a instabilidade dos preços internacionais do café e os incentivos governamentais que incentivavam a adoção de culturas alternativas, como soja e milho. Essas culturas exigiam níveis mais altos de mecanização, o que, por sua vez, reduzia a demanda por trabalho manual, contribuindo para um êxodo rural substancial e deixando milhares de trabalhadores desempregados nas áreas rurais.

No entanto, as condições edafoclimáticas foram indiscutivelmente os fatores mais decisivos que influenciaram a trajetória do cultivo do café no Paraná – desde seu pico até seu eventual declínio. As geadas recorrentes que ocorreram a partir da década de 1970, especialmente a devastadora Geadas Negra de 1975, marcaram um ponto de inflexão, danificando gravemente as plantações e acelerando a transição para outras atividades agrícolas.

Embora o cultivo do café continue existindo no Paraná hoje, ele não ocupa mais a posição de destaque que já ocupou. Foi amplamente superado por culturas como soja, milho e trigo, que atualmente dominam a produção agrícola do estado. Como resultado, embora o café mantenha relevância cultural e histórica, seu impacto econômico tornou-se consideravelmente mais limitado.

REFERÊNCIAS

1. Barbosa IP, Costa WG, Nascimento M, Cruz CD, Oliveira ACB. Recomendação de genótipos de *Coffea arabica* por análise fatorial. *Euphytica* 2019; 215(178):2-10.
2. Bliska FDM, Mourão EAB, Afonso Júnior PC, Vegro CLR, Pereira SP, Giomo GS. Dinâmica fitotécnica e socioeconômica da cafeicultura brasileira. *Informações Econômicas* 2009; 39(1):5-18.
3. Bliska Júnior A, Soares Júnior D, Turco PHN, Bliska FMM. Gestão das empresas cafeeiras no estado do Paraná. *Informe GEPEC* 2020; 24(1):27-52.
4. Camargo AP. Zoneamento de aptidão climática para a cafeicultura de arábica e robusta no Brasil. In: Recursos, meio ambiente e poluição. IBGE, Rio de Janeiro, 68-76; 1977.
5. Camargo AP, Pereira AR. Agrometeorologia da cultura do café. Organização Meteorológica Mundial, Genebra, 102 pp; 1994.
6. Cancian NA. Cafeicultura Paranaense (1900-1970). Grafipar, Curitiba, 154 pp; 1981.
7. Caramori PH, Manetti Filho J. Proteção dos cafeeiros contra geadas. Circular técnica, 79. Iapar, Londrina, 28 pp; 1993.
8. Carvalho A. Histórico do desenvolvimento do cultivo do café no Brasil. Documentos IAC, 34. Instituto Agronômico, Campinas, 8 pp; 2007.
9. Carvalho A. Melhoramento do cafeeiro: VI - estudo e interpretação, para fins de seleção, de produções individuais na variedade Bourbon. *Bragantia* 1952; 12(4-6):179-200.
10. Chies C, Yokoo SC. Colonização do norte paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes desse processo. *Revista GEOMAE - Geografia, Meio Ambiente e Ensino* 2012; 3(1):27-44.
11. Conab - Companhia Nacional de Abastecimento. Conab - Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira de café, v. 12 – Safra 2025, n.1- Primeiro levantamento, Brasília, p. 1-48, janeiro 2025. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de-cafe/item/download/56677_79e87a15fa32943d3bf036a3691ed924. Acesso em: 15 mar 2025.
12. Conab - Companhia Nacional de Abastecimento. Boletim da safra de café. 3º levantamento de café - safra 2023. Disponível a partir de: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de-cafe/item/download/49280_70cede3a45829b874482acb2ca1a1dd5. Acesso em: 15 mar 2025.
13. Davis AP, Tosh J, Ruch N, Fay MF. Cultivo de café: *Psilanthus* (Rubiaceae) subsumido com base em dados moleculares e morfológicos; implicações de tamanho, morfologia,

distribuição e história evolutiva de *Coffea*. Revista Botânica da Sociedade Linneana 2011; 167(4):357-377.

14. de Castro GHL de, Leocádio ALM, Ribeiro MR, Telles TS. Organização espaço-temporal da produção do café no Paraná. Informe GEPEC 2021;25:109-132.
15. de Souza JC, de Carvalho Couto C, Mamede AMGN, Valderrama P, Toci AT, Freitas-Silva O. Using volatile compounds for the identification of coffee adulterants: markers compounds and non-targeted analysis. Pesquisa e Tecnologia Alimentar Europeia 2024;250:2639-2649.
16. Dias RB, Gonçalves JHR. Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional. Eduem, Maringá, 474 pp; 1999.
17. Dias REBA, Dias RAA, Botelho CE, Abrahão JCR, Rezende TT, Carvalho GR. Melhoramento de Culturas e Biotecnologia Aplicada 2020;20(1):e218820116.
18. Fassio LH, Silva AES. Importância Econômica e Social do Café Conilon. In: Ferrão RG, Fonseca AFA, Bragança SM, Ferrão MAG, De Muner LH (Eds) Café Conilon. Incaper, Vitória, 38-40; 2007.
19. Ferrão LFV, Ferrão RG, Ferrão MAG, Fonseca A, Carbonetto P, Stephens M, Garcia AAF. Previsão genômica precisa de *Coffea canephora* em vários ambientes usando modelos estatísticos de genoma completo. Hereditariade 2019; 122(3):261-275.
20. Ferrão RG, Fonseca AFA, Bragança SM, Ferrão MAG, De Muner LH. Café Conilon. Incaper, Vitória; 2007.
21. Freitas VV, Borges LLR, Vidigal MCTR, dos Santos MH, Stringheta PC. Café: Uma visão abrangente da origem, do mercado e do processo de qualidade. Tendências em Ciência e Tecnologia de Alimentos 2024;146:104411.
22. Furtado C. Formação econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo; 2005.
23. Furtado C. Prefácio a nova economia política. Paz e Terra, Rio de Janeiro; 1976.
24. Kohlhepp, G. Transformações da paisagem natural no norte do Paraná entre as décadas de 1930 e 1980: da monocultura do café à modernização agrária e suas consequências ecológicas, econômicas e sociais. História Ambiental Latinoamericana e Caribeña (HALAC) 2020; 10(2):255-283.
25. Mapa - Ministério da Agricultura e Pecuária. Café no Brasil e ementário do café. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>. Acesso em: 15 mar 2025.
26. Martins AL. História do Café. Editora Contexto, São Paulo, 320 pp; 2008.

27. Matiello JB, Santinato R, Almeida SR e Garcia AWR. Cultura de café no Brasil - Manual de recomendações. Fundação Procafé, Varginha, 728 pp; 2020.
28. Melo NA. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: A modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural - Uma análise do programa vilas rurais no norte do Paraná. Revista Geografia em Atos 2011;1(11):58-76.
29. Mesquita CM, Melo EM, Rezende JE, Carvalho JS, Fabri Júnior MA, Moraes NC, Dias PT, Carvalho RM, Araújo WG. Manual do café: implantação de cafezais (*Coffea arábica* L.). EMATER-MG, Belo Horizonte, 50 p.p.; 2016.
30. Moro DAA. Modernização da agricultura paranaense. In: Villalobos JUG Geografia social e agricultura. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, 27-60; 2000.
31. Oliveira AN de. Cultura cafeeira no norte do Paraná e suas marcas nas paisagens: potencialidades para o turismo. Geografia (Londrina) 2020; 29(2):29-49.
32. Padis PC. Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná. Ipardes, São Paulo, 307 pp; 1981.
33. Passos M, Sant'Ana L, Bueno M. O Norte do Paraná: do café à cana do açúcar. Revista de Geografia e Ordenamento do Território 2012; 1(1):181-206.
34. Piffer, M. A formação da base econômica no Paraná: um texto crítico. Informe GEPEC 2024; 28(1):312-324.
35. Priori A, Pomari LR, Amâncio SM, Ipólito VK. História do Paraná: Séculos XIX e XX. Eduem, Maringá, 234 pp; 2012.
36. Robusti EA, Zapparoli ID, Santoro PH. Café arborizado no estado do Paraná, Brasil: Indicadores financeiros e interferências ambientais, 2012-2014. Agroalimentaria 2017; 23(44):79-91.
37. Sesso PP, Pereira LFP, Sesso Filho UA, Zapparoli ID. Análise exploratória de dados espaciais da produção de café no estado do Paraná, 1980-2018. Cadernos de Ciência & Tecnologia 2020; 37(3):e26768.
38. USDA - Departamento de Agricultura dos EUA. Produção - Café. 2025. Disponível em: <https://www.fas.usda.gov/data/production/commodity/0711100>. Acesso em: 15 mar 2025.